

economia

ABCS apoia uso de minas de carvão por data centers

No Rio Grande do Sul, Mina do Leão I, hoje inativa, seria uma eventual opção para essa atividade que avança no RS

/ MINERAÇÃO

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Devido à necessidade de contar com um robusto sistema de refrigeração, os data centers (centros de processamento e armazenamento de dados) são grandes consumidores de energia. Para amenizar essa demanda, o presidente da Associação Brasileira do Carbono Sustentável (ABCS), Fernando Zancan, sugere que esses complexos sejam instalados em minas de carvão subterrâneas desativadas.

Ele frisa que a temperatura “lá embaixo” é constante, ficando na ordem de 22º a 23º Celsius. De acordo com Zancan, há várias áreas em Santa Catarina que

poderiam abrigar data centers. No Rio Grande do Sul, ele cita a Mina do Leão I, localizada no município de Minas do Leão, como uma possibilidade.

“Isso criaria uma nova economia e também um cluster de dados nas regiões carboníferas”, enfatiza o dirigente. O representante da ABCS assinala que, recentemente, o senador Esperidião Amin (PP-SC) apresentou uma emenda ao Regime Especial de Tributação para Data Centers (Redata) para incentivar a atração de empreendimentos nessa natureza para as áreas de produção de carvão do Sul do País. A iniciativa faria parte do processo de transição energética desses locais.

Zancan também salienta que a energia firme como a do carvão,

que não oscila com as condições climáticas como a solar e a eólica, será importante para atender ao incremento de demanda de energia elétrica que será proporcionado pela construção de data centers. Um ponto que o presidente da ABCS afirma que precisa ser estudado antes de ir adiante com a implantação de um complexo dentro de uma mina é o possível problema com corrosão.

Já o gerente de Transição Energética do Instituto Internacional Arayara, John Fernando de Farias Wurdig, critica a ideia do uso de minas de carvão para receber data centers. “Nós temos que fazer é a recuperação ambiental dessas áreas”, defende Wurdig.

Segundo o ambientalista, essas estruturas não compor-



CLAUDIO FACHEL/PALÁCIO PIRATINI/

Complexos subterrâneos têm como vantagem a temperatura constante

tam esse tipo de tecnologia e a ideia segue uma linha de manter iniciativas associadas ao campo de mineração de carvão

no País. “Não é uma atividade sustentável”, considera o representante do Instituto Internacional Arayara.

Estudo apresentará reflexos do carvão na saúde na região de Candiota

Um trabalho feito em parceria pelo Instituto Internacional Arayara e pelo Centro de Pesquisa em Energia e Ar Limpo (Crea) indicará o impacto acarretado, principalmente na saúde das pessoas, com a atividade carbonífera na região de Candiota. O município gaúcho concentra duas grandes termelétricas a carvão: as usinas Pampa Sul e Candiota 3.

O lançamento do estudo “O Carvão em Candiota - Impactos à Saúde de um Polo de Mineração de Carvão e Geração de Energia no Rio Grande do Sul” ocorrerá no dia 25 de março, a partir das 10h. O local do evento será o anfiteatro/auditório do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (Ilea), no Campus do



TATIANA GAPPMEYER/DIVULGAÇÃO/JC

Município possui a operação de duas termelétricas a carvão

Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), avenida Bento Gonçalves, 9500, Por-

to Alegre.

O gerente de Transição Energética do Instituto Internacional

Arayara, John Fernando de Farias Wurdig, detalha que o trabalho abordará os riscos tanto da mineração como da queima do carvão para a saúde pública. Ele enfatiza que os reflexos sentidos são internacionais, já que atravessam as fronteiras do Rio Grande do Sul, entrando no Uruguai e na Argentina.

Segundo o ambientalista, a expectativa é que os dados apresentados possam agregar ao debate do licenciamento ambiental da usina de Candiota 3, que expira no dia 9 de abril. Wurdig enfatiza que o uso do carvão é incoerente não apenas pela questão ambiental, mas também devido ao elevado custo que representa para os consumidores de energia.

Recentemente, o ministério de Minas e Energia realizou uma consulta pública sobre a contratação de Candiota 3. “O que a gente espera agora é a nota técnica do ministério”, diz Wurdig. Ele detalha que esse documento trará todas as diretrizes sobre o assunto. O integrante do Arayara enfatiza que a contratação da usina significaria desembolsos superiores a R\$ 850 milhões por ano, até 2040.

Já quanto ao estudo dos impactos do carvão na região de Candiota, o presidente da Associação Brasileira do Carbono Sustentável (ABCS), Fernando Zancan, argumenta que ainda não teve acesso ao documento para fazer, no momento, algum comentário.

Conta de luz terá aumento médio de 8% em 2026, diz Aneel

/ ENERGIA

Os primeiros reajustes na conta de luz aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2026 indicam que o ano vai ser pesado para o consumidor. Em Roraima, a alta média foi de 23,2%. No Rio de Janeiro, de 14,2% para clientes da Enel, e de 6,9% para clientes da Light.

Os aumentos foram justificados, principalmente, pela alta no custo dos subsídios cobrados na conta de luz. A Aneel projetou que, em média, a conta de luz do brasileiro vai subir 8% em 2026,

mais do que o dobro da inflação.

Cerca de metade do índice de reajuste é provocado por aumento no custo dos subsídios, que são pagos por meio de um mecanismo chamado Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que vai custar R\$ 52 bilhões aos brasileiros em 2026.

São recursos direcionados, por exemplo, a subsídios a energias renováveis e também à isenção da conta de luz para brasileiros de baixa renda, aprovada em 2025 pelo Congresso a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O custo da energia também será maior, com efeitos de um esperado uso maior de térmicas para compensar poucas chuvas na virada do ano e da privatização da Eletrobras, hoje Axia, que vende a preços de mercado parte da energia que antes comercializava em cotas às distribuidoras.

A lei que privatizou a Eletrobras em 2022 estipulou um período para que as hidrelétricas da companhia continuassem vendendo energia a preços de contratos antigos, mas com redução das cotas a cada ano até chegar a 0% em 2027.

Nos três reajustes já anunciados, os subsídios tiveram peso relevante. Em Roraima, que foi interligada recentemente ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e na área da Enel, foram responsáveis por cerca de metade do reajuste.

Na área da Light, subiram 7,6%, mais do que o indicador final, mas a alta foi parcialmente compensada pela queda de outros componentes da tarifa.

A redução dos subsídios na conta de luz foi prometida pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a enviar um projeto de lei de reforma do setor elétrico

ao Congresso Nacional.

Mas o Planalto recuou diante de pressão de lobbies sobre lideranças parlamentares e acabou aprovando apenas a criação de mais um subsídio, o programa Luz do Povo.

A Aneel destacou nesta terça que o governo vai usar recursos da taxa de uso do bem público para dar descontos na conta de luz para moradores de estados das regiões atendidas pela Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).